

KARDEX

MC

PP

DOC. GERAL



Aconteceu nº 426 - Setembro/1987

Aconteceu

Ante-Projeto de Constituição

Não Contempla

Parlamentaristas e Presidencialistas



Aconteceu

nº 426 - Setembro/1987

CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Rua Cosme Velho, 98, fundos
Telefone: 205-5197
22241 - Rio de Janeiro - RJ

Av. Higienópolis, 983
Telefone: 825-5544
01238 - São Paulo - SP

Conselho de Publicações

Anivaldo Padilha
Ary da Costa Pinto
Carlos Alberto Correia da Cunha
Carlos Alberto Ricardo
Heloisa de Souza Martins
Henrique Pereira Junior
Jether Pereira Ramalho
(coordenador)

Jorge Luiz Carrera Jardineiro
Marcus Vinicius Grod Borges
Neide Estarci
Sérgio Alli
Vera Maria Masagão Ribeiro

Editor

Jorge Luiz C. Jardineiro

Diagramação e Arte

ARTE GRAPHICA

Praça Floriano, 55/602
Rio de Janeiro-RJ

Preço do exemplar avulso:
Cz\$ 2,00

Aconteceu Semanal

É uma publicação dedicada ao acompanhamento das lutas levadas por diversos setores populares.

As notícias da semana estão agrupadas em *trabalhadores urbanos, trabalhadores rurais, índios, movimentos populares, igrejas, política nacional, notícias internacionais* e outras. Contém também uma seção de *Cartas do Leitor*, onde são divulgadas manifestações, denúncias, atos públicos, etc. Nesta seção os leitores têm um espaço aberto para a divulgação das notícias que não saem na imprensa e outras fontes de informação.

O ACONTECEU semanal tem como assinantes lideranças indígenas, sindicatos e demais órgãos de classe, comissões pastorais, comunidades de base, missionários, operários, camponeses e outros. Ideal para quem não tem acesso a jornais diários ou quer conhecer as diversas situações de contato, lutas e reivindicações sociais em todo Brasil.

Assinatura Anual: Cz\$ 100,00 (Brasil);
US\$ 60,00 (América Latina);
US\$ 85 (América do Norte);
US\$ 100,00 (Europa, Ásia e África).

Envie junto com seu pedido um cheque nominal ou vale postal para CEDI-RJ

Assine a Revista

tempo e presença

Publicação mensal do CEDI, com temas de atualidade analisados na perspectiva do ecumenismo comprometido com os movimentos populares.

Assinatura anual:

Cz\$ 200,00

América Latina: US\$ 30 América do Norte: US\$ 40 Europa, África e Ásia: US\$ 45

Fazendo uma assinatura de apoio
você recebe de brinde
um exemplar dos Cadernos do CEDI.

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ CEP: _____ Est.: _____

Telefone: _____ Profissão: _____ Idade: _____

Faça sua assinatura através de cheque nominal para o CEDI -
Centro Ecumênico de Documentação e Informação - Av.
Higienópolis, 983 - 01238 - São Paulo - SP.

Assine o Boletim

Aconteceu

Publicação semanal com um resumo das principais notícias veiculadas pelos órgãos de imprensa do país.

Assinatura anual Cz\$ 100,00

América Latina: US\$ 30 América do Norte: US\$ 65 Europa, África e Ásia: US\$ 75

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ CEP: _____ Est.: _____

Telefone: _____ Profissão: _____ Idade: _____

Faça a sua assinatura através de cheque nominal para o
CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Rua Cosme Velho, 98 - fundos - CEP 22241
Rio de Janeiro - RJ.

Constituinte

NOVO TEXTO DESAGRADA PRESIDENCIALISTAS E PARLAMENTARISTAS

Tanto os presidencialistas quanto os parlamentaristas que já tiveram a oportunidade de ler o novo substitutivo apresentado pelo relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral (PMDB-AM), disseram ontem que vão apresentar pedidos de destaque na comissão, para tentar mudarem o texto referente ao sistema de governo. Os presidencialistas não concordam com o parlamentarismo previsto no substitutivo; os parlamentaristas, com o mandato de seis anos estipulado para o presidente José Sarney. Através do destaque, um artigo, uma palavra ou expressão contida em uma proposta pode ser votado em separado, ou seja, destacadamente, sendo que o requerimento de destaque deve ser aprovado pelo plenário. O deputado Manoel Moreira (PMDB-SP), por exemplo, afirmou que amanhã pedirá destaque para sua emenda, que prevê a manutenção do presidencialismo. Com isso, ele pretende forçar o plenário da Comissão de Sistematização a votar seu texto, elaborado em conjunto com o presidente do Congresso constituinte, Ulysses Guimarães, e com o jurista Miguel Reale Jr.. Também o deputado Theodoro Mendes (PMDB-SP), autor de outra proposta presidencialista - esta articulada pelo Palácio do Planalto -, usará do mesmo expediente do destaque. O líder interino do PMDB no Congresso constituinte, deputado Euclides Scalco (PMDB-PR), centro-esquerda, afirmou que também vai requerer destaque para a proposta parlamentarista. Segundo ele, a redação das disposições transitórias não logrou consenso entre os parlamentaristas, e que, por esse motivo, cada um deles deverá votar de acordo com sua consciência temas como a data de implantação do parlamentarismo e o mandato de Sarney. (FSP - 20/9/87)

ALGUNS PONTOS PRINCIPAIS DO NOVO ANTEPROJETO DA CONSTITUIÇÃO

Organização do Estado

- . A União poderá intervir nos estados em caso de "grave comprometimento da ordem pública".
- . O espaço aéreo deixa de ser considerado "bem da União".
- . A exploração do gás combustível canalizado não será exclusividade dos estados.

Há poucas modificações no capítulo da organização do estado. A pressão da Petrobrás surtiu efeito. Com a exclusão do parágrafo em que a exploração do gás combustível canalizado era atribuição direta, ou por meio de concessão de serviço público, dos estados. Outra exclusão foi o conceito de "bem da União", atribuído ao espaço aéreo, como já ocorre com os terrestre e marítimo.

O substitutivo também vincula a elaboração e a aprovação de planos nacionais de desenvolvimento econômico e social ao Congresso Nacional, e proíbe a criação de tribunais, conselhos ou órgãos de contas municipais. No relatório anterior, Cabral não só permitia a criação como estabelecia critérios para sua formação.

A União perdeu a competência de legislar, concorrentemente, sobre direitos agrário, urbanístico e trabalhista. Esses itens foram suprimidos. Nas prerrogativas da União para intervir em um estado da Federação o motivo "guerra civil" saiu, entrando em seu lugar "pôr termo a grave comprometimento da ordem pública".

Ordem Econômica

- . Salários ficam isentos do adicional de 5% do Imposto de Renda.
- . O Imposto de Vendas a Varejo incide só sobre combustíveis.

. Estados e municípios recebem 47% do que a União arrecadar com o Imposto de Renda e o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados).

. As restrições ao capital estrangeiro diminuem.

Em relação ao primeiro substitutivo, os contribuintes e a União têm menos o que reclamar. O adicional de 5% do Imposto de Renda que poderá ser cobrado pelos estados atingirá somente os lucros, ganhos e rendimentos de capital. O Imposto de Vendas a Varejo, que caracterizava uma tributação sobre todas as operações comerciais, passa a incidir apenas sobre a comercialização de combustíveis, exceto o óleo diesel.

Mesmo assim, o contribuinte não escapou da criação de novos impostos. Para compensar a perda de 47% da receita com o Imposto de Renda e o IPI para os estados e municípios, a União fica autorizada a criar novos tributos. Essa "competência residual", apesar de ser exclusiva do Executivo federal, não deixará de beneficiar indiretamente os estados, que passam a ter direito sobre 20% da receita gerada por qualquer novo imposto.

A exclusividade sobre a competência residual era reivindicação do Ministério

da Fazenda aos constituintes. O relator Bernardo Cabral acolheu também as propostas de manutenção do Imposto Territorial Rural na competência da União (a progressividade deste imposto ficará a critério do Executivo) e maior tolerância para a criação de empréstimos compulsórios. O novo texto permite a criação do tributo como instrumento de política monetária - "absorção temporária do poder aquisitivo" ou para a realização de investimentos "de relevante interesse nacional", além de atender às situações de calamidade pública e guerra.

Estados e municípios ficaram sujeitos à retenção de seus direitos de transferências, em situações de endividamento para com a União. Em troca, o grupo tributaris

ta da constituinte, aliado a 293 parlamentares das regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste, obteve de Cabral a manutenção dos privilégios de transferências para seus estados e aumentou o limite do fundo especial para financiamento do setor produtivo. Esse fundo disporá de 3% dos recursos do Imposto de Renda e IPI, ao contrário dos 2% originais, e ficará sob gestão dos bancos regionais.

No capítulo da ordem econômica, Cabral fez poucas alterações, atendendo ao acordo firmado entre conservadores e progressistas, retirou o parágrafo que impedia o poder público de adquirir bens e produtos de empresas não nacionais. A lei ordinária, porém, terá condições de reintroduzir essa barreira, como também de criar reservas de mercado. Na definição de empresa nacional, a terminologia "titularidades de brasileiros" foi substituída por "titularidades de pessoas físicas domiciliadas no país", atendendo ao argumento de que os imigrantes também possuem empresas nacionais.

Reforma Agrária

. Mantida a imissão na posse em 90 dias. Indenização será paga pelo valor real da terra.

O proprietário da terra perdeu o direito de obter declaração pública de que seu imóvel cumpria função social. Toda desapropriação de terra será precedida de processo administrativo, e a vistoria do imóvel deverá ter a presença do proprietário ou de seu representante, dispensando-se peritos por este indicados, como previa o projeto anterior. É competência da União desapropriar o imóvel que não esteja cumprindo função social, mas isso terá que ser precedido de um decreto do Executivo.

O ex-dono da terra será indenizado com títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real do imóvel, resgatáveis no prazo de 20 anos. No projeto anterior, essa indenização se calculava com base na correção monetária. Já as

benefetórias que o projeto chama de "úteis e necessárias" serão indenizadas em dinheiro. O orçamento da União deverá fixar anualmente o volume total de títulos da dívida agrária, assim como o dinheiro para atender às desapropriações de terra.

Contra as pressões da UDR, que queria suprimir a imissão na posse, foi mantido esse direito do beneficiário da reforma agrária, e o juiz deverá deferir isso imediatamente. Se não o fizer em 90 dias, a imissão opera-se automaticamente, por decurso de prazo. Se o juiz reconhecer que o imóvel cumpria função social, o preço será totalmente pago em dinheiro. Por influência do lobby "Rede mulher", o título da terra será conferido ao homem e à mulher, esposa ou companheira. E toda vez que se criarem novas fronteiras agrícolas, dez por cento da terra serão destinados a pequenos agricultores.

Forças Armadas

. As Forças Armadas mantêm a defesa da lei e da ordem entre suas atribuições constitucionais.

. As Polícias Militares ficam subordinadas aos governadores, mas continuam a ser reservas do Exército.

Os militares venceram. Depois que o ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, acusou, em reunião do ministério, a Constituinte de ser controlada pela minoria radical, Bernardo Cabral recuou. O novo substitutivo autoriza a intervenção das Forças Armadas em defesa da lei e da ordem, como queria Leônidas, desde que a pedido de um dos poderes constitucionais.

O ministro teve outra vitória importante: as Polícias Militares continuam a ser consideradas forças auxiliares e reserva do Exército, apesar de subordinadas aos governadores. As guardas municipais, que no substitutivo anterior poderiam ser acionadas na defesa da segurança pública, agora terão como competência somente a proteção do patrimônio municipal.

A Polícia Federal caberá apurar crimes contra a ordem política e social e contra interesses da União, assim como infrações que exijam repressão uniforme em todo o país - tráfico de entorpecentes e contrabando, por exemplo. Exercerá também a polícia marítima, aérea e de fronteiras, além da polícia judiciária da União.

Ordem Social

. Acaba o conceito constitucional de reserva de mercado.

. O número de divórcios é livre.

. Aposentadoria para as donas-de-casa.

O capítulo da ordem social que mais sofreu alterações foi o da família, criança, adolescente e idoso, a partir de seu próprio título, com a inclusão da palavra adolescente. A união estável não é mais considerada como casamento. No entanto, o número de uniões civis não será limitado por lei, reduzindo de quatro para dois anos o prazo entre a dissolução do casamento e o pedido de divórcio. O lobby das mulheres conseguiu uma vitória: a criação da aposentadoria para donas-de-casa.

A criança só poderá trabalhar a partir dos 14 anos e terá direito à isonomia salarial se desempenhar a mesma função de um adulto. Os menores infratores não poderão ser internados em instituições corre-

tivas, sem que haja a abertura de processo e amplo direito de defesa. Na saúde, foi retirado do estado o poder de desapropriar hospitais particulares, que não se coadunem com a política nacional do setor. Na parte de ciência e tecnologia, houve duas mudanças bastante significativas. A primeira foi a supressão do conceito de patrimônio nacional para o mercado interno, caindo o conceito constitucional de reserva de mercado; a segunda, a restrição à tecnologia de ponta como fator determinante de produção sujeito ao controle nacional em caráter permanente, exclusivo e incondicional.

Nas comunicações, o poder de outorga ou de renovação de concessão continua sob a autoridade do Executivo, mas cabe ao Congresso Nacional a apreciação do ato em caráter de urgência. Os segurados perderam um ponto fundamental: foi retirado do texto atual o parágrafo que previa a correção do valor do benefício. Os índios também perderam a principal questão: as riquezas minerais em suas terras poderão ser exploradas sem a autorização prévia deles, bastando para isto que o Congresso aprove e as nações indígenas sejam consultadas. Na educação, volta a vinculação de 18 por cento das verbas públicas da União para o setor.

Direitos Trabalhistas

- . Mantida a estabilidade no emprego.
- . Greve tem garantia plena.

O segundo substitutivo de Bernardo Cabral, além de manter antigas reivindicações dos trabalhadores, já asseguradas no primeiro texto, ampliou-as em alguns pontos.

O novo texto garante a estabilidade no emprego, protegendo os trabalhadores da dispensa imotivada. A demissão por justa causa passa a ser a movida por "fator econômico intransponível, tecnológico ou infortúnio da empresa". Não foi aí incluída a reivindicação dos empresários de pagamento progressivo da indenização nos casos de demissão.

O salário-mínimo passa a ser unificado nacionalmente, com reajustes periódicos. Como na Itália, o sindicato ganha o poder de representar e defender os direitos e interesses de seus filiados em questões judiciais ou administrativas.

A greve tem garantia plena. O texto anterior delegava à lei ordinária a especificação dos casos em que a greve seria livre. Sai este dispositivo, portanto não haverá delimitações na lei ordinária. As providências necessárias, para que os serviços essenciais sejam mantidos em caso de greve, cabem agora às entidades sindicais. No texto anterior não dizia a

quem caberia esta responsabilidade. Os abusos do direito de greve serão punidos. A lei ordinária determinará as penas.

Para o registro de novo partido político, ele não precisa mais ter representação na Câmara ou no Senado. Mas a manutenção do registro é condicionada à votação obtida. Os termos serão estabelecidos na lei complementar.

(JB - 20/9/87)

Trabalhadores Urbanos

DIEESE SUGERE EXTINÇÃO DO REAJUSTE PELA URP

Se o governo pretende evitar que os trabalhadores tenham perdas salariais, terá que adotar, pelo menos, um sistema de reajuste que reflita imediatamente a inflação do mês anterior, abolindo o conceito de média trimestral contido na Unidade de Referência de Preços (URP). Essa alteração foi sugerida ontem pelo coordenador técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), ao comentar a possibilidade de mudanças na política salarial admitida pelo secretário especial de Assuntos Econômicos do Ministério da Fazenda, Yoshiaki Nakano. Concone discordou da perspectiva, apontada por Nakano, de ganho real para os salários caso a inflação se estabilize em 6% até o final do ano. "Os salários já estão perdendo", disse o economista do Dieese. Concone observou que, enquanto a inflação medida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística foi de 6,36% em agosto e deve "estourar" em outubro (para setembro o IBGE estimou 6%), os salários estão sendo reajustados em 4,69%, o valor da URP para esses três meses. "Nossa alternativa para o Nakano, está aqui, na nossa pauta", afirmou o presidente do Sindicato dos Químicos de São Paulo, Domingos Galante, ao anunciar a

proposta de campanha salarial unificada, encabeçada por dez sindicatos ligados à Central Única dos Trabalhadores (CUT), cujas categorias têm datas-base em outubro, novembro e dezembro. O objetivo é unir todas as categorias que negociam nesse período e que somam um milhão de trabalhadores no Estado de São Paulo. Esses sindicatos (Químicos de São Paulo, ABC, Osasco e São José dos Campos e Abrasivos Plásticos, Couros e Luvas, Bebidas, Vidros e indústria de vidros) que representam 254 mil trabalhadores estão reivindicando "reajuste mensal automático de acordo com o Dieese". O reajuste global reivindicado para a data-base é de 100%, incluindo 15% de produtividade e perdas salariais que, segundo o presidente do Sindicato dos Químicos do ABC, Agenor Narciso, foram contabilizados desde o Plano Cruzado, em março de 86. (FSP - 18/9/87)

CUT E CGT DIZEM QUE ALTA DE SALÁRIO É ÚNICA SAÍDA

Os presidentes das duas maiores entidades sindicais do país - Jair Meneguelli, da Central Única dos Trabalhadores (CUT), e Joaquim dos Santos Andrade, da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) - afirmam que o governo só tem uma opção para enfrentar a crise econômica: mudar a atual política de reajuste salarial estabelecida pelo ministro da Fazenda, Bresser Pereira. Segundo Joaquim dos Santos Andrade, o Joaquinzão, a mudança do mecanismo de reajuste salarial, prometida pelo secretário especial para Assuntos Econômicos do Ministério da Fazenda, Yoshiaki Nakano, seria justa, embora tenha argumentado, com alguma ironia, que "o melhor mesmo seria que o governo demonstrasse competência no combate à inflação". Lembrou que todas as previsões feitas por técnicos e assessores do Ministério da Fazenda caíram no ridículo e não se confirmaram. "A recessão não foi contida, e a taxa de desemprego se elevou, contrariando as previsões do governo", observou

o sindicalista. Para o presidente da CGT, quanto mais tempo o governo demorar para modificar a política de reajuste salarial pela URP, mais depressa se consolidarão a recessão e o desemprego. Afirmou que há possibilidade de que a modificação seja efetivada, já que não interessa aos empresários a manutenção do atual mecanismo de reajuste salarial. (JB - 18/9/87)

FUNCIONÁRIOS DO BB SAEM VITÓRIOSOS DA CAMPANHA SALARIAL

Além do aumento de 39%, os funcionários do Banco do Brasil asseguraram também, em acordo homologado ontem à noite pelo Tribunal Superior do Trabalho - TST -, uma produtividade de 4% elevando o reajuste para 44,56%. "Rompeamos com a camisa-de-força imposta pelo Plano Bresser, comemorou o presidente do Sindicato de Bancários de Brasília, José Lacerda Júnior. Os funcionários do Banco do Brasil tiveram, ainda, homologadas cláusulas concedendo auxílio-alimentação (diária de Cz\$ 100,00) reajustáveis de três em três meses pelo IPC, creche para todos, isonomia salarial para os funcionários contratados em 1983 e 50% de adicional de horas extras. (JB - 18/9/87)

SINDICALISTAS: GARANTIA DE EMPREGO NÃO SE APLICA ÀS MICROS

Os presidentes dos sindicatos de Metalúrgicos de S. Paulo, Luís Antonio Medeiros, e dos Eletricitários, Rogério Magri, contestaram irritados que a garantia de emprego, segundo o inciso 4 do parágrafo 15 do artigo 6º do segundo substitutivo do deputado Bernardo Cabral não se aplica aos trabalhadores de empresas com até 10 empregados, ou seja, aos trabalhadores de 95% das firmas brasileiras. Os trabalhadores foram apunhalados pelas costas. Esse dispositivo foi incluído na calada da noite - acusou Magri. Os dois líderes sindicais pretendem centrar forças sobre os 93

integrantes da Comissão de Sistematização, pressionando-os a mudar a redação da proposta de Cabral. Levantamentos de que dispõem indicam que quase a totalidade das micro e pequenas empresas do país tem menos de 10 empregados, ou seja, pelo substitutivo do relator não serão obrigadas a dar "garantia de emprego" a seus funcionários. Uma das alternativas que Medeiros e Magri estudam seria propor aos parlamentares da Comissão de Sistematização a extensão dos três meses de experiência para seis meses (180 dias). A extinção do Imposto Sindical Compulsório, tema que os dois dirigentes reconhecem, divide os sindicalistas brasileiros, foi elogiada tanto por Medeiros quanto por Magri porque, segundo eles institui na prática a tão sonhada "liberdade e autonomia sindicais". (JB - 22/9/87)

PREVIDENCIÁRIOS EM GREVE PARALISAM 350 MIL NO PAÍS

Os previdenciários estão em greve desde a zero hora de hoje, exigindo 100% de aumento, 12 referências (promoções) para todos os níveis, mais 80% de gratificação e isonomia salarial para o funcionalismo previdenciário municipal, estadual e federal. Com a greve, apenas as emergências dos postos de assistência médica do estado - PAMS - e dos hospitais vão funcionar. O país possui atualmente 230 mil funcionários na Previdência e só no Rio trabalham 85 mil, dos quais 70 mil deverão parar a partir de hoje, conforme estimativa do presidente da Federação Estadual e membro da Federação Nacional, Jairo Coutinho. Ele reuniu-se ontem à tarde com Glória Maria de Carvalho, presidente do Sindicato dos Enfermeiros; Conceição Cassiano, presidente do Sindicato dos Nutricionistas; e Erivan Correia, secretário-geral do Sindicato dos Empregados da Saúde Pública, para traçar a estratégia da greve. Além das reivindicações em pauta, a categoria decidiu-se pela paralisação também devido ao não cumprimento da promessa assumida

em outubro de 86 - data da última greve - pelo ministro Raphael de Almeida Magalhães de apresentar em três meses um plano de cargos e salários. O presidente da federação aproveitou para denunciar que os funcionários do Inamps, Iapas e INPS, que perfazem o conjunto dos previdenciários, estão ameaçados de serem passados à revelia para o Ministério da Saúde, o que também tem gerado grande polêmica. A média de salários na categoria hoje é de Cz\$ 6 mil para os de nível médio e Cz\$ 12 mil iniciais para os de níveis superior, sendo que, dos 230 mil existentes no país, 55 mil são de nível superior, ou seja, apenas 20%. Jairo esclareceu que a deflagração da greve "foi adiada ao máximo". (JB - 17/9/87)

Trabalhadores Rurais

GREVE PARA 350 MIL CANAVIEIROS EM PERNAMBUCO

Com calma e tranqüilidade, apesar da ausência, pela primeira vez, da Polícia Militar nos engenhos, mais de 350 canavieiros - 240 mil sindicalizados em 110 em 110 mil bóias-frias - iniciaram ontem uma greve que paralisou, segundo a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetape), 85% da colheita de cana-de-açúcar nos 44 municípios da Zona da Mata do estado. Durante todo o dia, os canavieiros permaneceram no campo, sentados ao lado de suas facas e foices. Reunidos nas estradas que margeiam os canaviais, eles garantiram no final da manhã, que só retornarão às atividades quando suas 54 reivindicações forem atendidas. Alguns, como o delegado sindical Manoel José Filho, do sindicato de São Lourenço da Mata, a 22 quilômetros de Recife, informou que este ano os canavieiros estão animados dian

te da perspectiva de apoio do governo Miguel Arraes, que aprenderam a estimar em 1963, quando Arraes celebrou em Palácio o primeiro acordo do campo do Brasil, tendo, de um lado, os usineiros, e do outro, os trabalhadores. "Essa é a hora de ele provar que está do nosso lado, do contrário, podemos romper com ele", disse Manoel Filho. Enquanto o presidente da Fetape, José Rodrigues da Silva, afirmou que nunca foi tão fácil mobilizar os canavieiros para a greve, os empregadores estão divididos: os cultivadores de cana, responsáveis por 65% da produção do estado, foram chamados de "intransigentes e radicais" pelo presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar, Gustavo Maranhão. O desabafo de Maranhão foi feito depois que alguns proprietários de engenhos afirmaram que não se sentariam à mesa de negociações. No entanto, os cultivadores voltaram atrás e sentaram à mesa à tarde, na primeira tentativa de acordo. A principal reivindicação dos canavieiros é um piso salarial de Cz\$ 6.300,00. No momento, eles ganham Cz\$ 2.200,00 de piso. Poucos acreditam, porém, em um acordo antes de quinta-feira, quando os usineiros têm audiência marcada com o presidente Sarney para discutir o novo preço da cana: eles alegam que, sem apoio do governo, não podem atender aos trabalhadores. O delegado do Trabalho, Gentil Mendonça, que está presidindo as negociações, e o secretário do Trabalho, Romeu da Fonte, prometeram tudo fazer para chegar a um acordo na Zona da Mata. Romeu informou que Arraes o orientou para tentar uma negociação "que satisfaça todas as partes".

(JB - 22/9/87)

FETAPE EM 79 CONTESTOU A LEI DE GREVE

Os canavieiros pernambucanos foram os primeiros trabalhadores do país a cruzar os braços após a decretação da Lei de Greve, que entrou em vigor depois do movimento militar de 1964. A greve, deflagrada em

1979, foi comandada pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura (Fetape) que aglutina os 156 sindicatos mais comb

ativos do estado, e que naquele ano realizou a primeira campanha salarial depois de 15 anos. A paralisação ocorreu no município de São Lourenço da Mata, a 22 quilômetros da capital, e ameaçava estender-se por toda a zona canavieira, forçando os empregadores a assinar a convenção coletiva. Essa vitória foi considerada um marco na história das conquistas dos trabalhadores pernambucanos. No ano seguinte, os proprietários dos engenhos negaram-se a entrar num acordo com os canavieiros e foi instaurado o dissídio, seguido de uma greve geral em toda a Zona da Mata, onde estão localizados os canaviais. Foi mais uma conquista dos trabalhadores da cana que, um ano depois, conseguiram unificar os salários da categoria. Em 1983, depois de uma greve, as conseqüências foram mais amplas: o Tribunal Regional do Trabalho considerou inconstitucional o Decreto 2045, que proibia o reajuste salarial de 100% do INPC para beneficiar os canavieiros. A combatividade dos canavieiros tem, segundo a Fetape, um alto preço. Anualmente, são denunciadas dezenas de violências cometidas contra os trabalhadores dos engenhos e usinas que reivindicam seus direitos. Este ano, apesar do clima de tranqüilidade, com a ausência até da Polícia Militar nos canaviais, a greve corre o risco de ser considerada ilegal pela primeira vez: os canavieiros não cumpriram todas as etapas da Lei de Greve, pois a consideram ultrapassada. (JB - 22/9/87)

OUTROS SINDICATOS

Os sindicatos rurais da Bahia estão fazendo um levantamento dos salários pagos na lavoura de cana, mas os trabalhos prosseguem normalmente. Em Sergipe, os sindicatos estão se organizando para discutir o primeiro acordo salarial. Ontem, foram

feitas assembléias em 13 dos 16 municípios canavieiros, tendo sido acertado que, primeiramente, empregados e empregadores discutirão o assunto na Delegacia Regional do Trabalho. No Rio Grande do Norte, os usineiros foram notificados pela DRT e as negociações devem começar até o final da semana. Na Paraíba, o presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura, José Liberalino, anunciou que os 150 mil canavieiros vão aguardar um acordo até o final da semana. (JB - 22/9/87)

UDR INAUGURA SEDE

O comandante do 4º Batalhão de Polícia Militar, sediado em Marabá, tenente-coronel Reinaldo Pessoa Chaves, mobilizou um esquema de segurança com cerca de 160 soldados para evitar a ocorrência de incidentes entre proprietários e trabalhadores rurais durante a cerimônia de instalação da União Democrática Ruralista no município. "Eu vejo a UDR como qualquer associação de classe que defende seus direitos", afirmou ele, que não acredita no agravamento dos conflitos pela posse da terra na região com a inauguração da diretoria da entidade em Marabá. Já o secretário de Segurança Pública do Pará, coronel Antonio Carlos Gomes, disse que "eles (os membros da UDR) seguirão um critério racional e humano e vão ajudar o município, através da luta pela reforma agrária privatizada". O prefeito de Marabá, Hamilton Bezerra (PMDB), entretanto, afirmou que "a implantação da UDR, agora de forma oficial, vai radicalizar as posições quanto ao processo de reforma agrária". (FSP - 20/9/87)

PRESENÇA DA UDR NAO MUDA ROTINA DA CIDADE

Apesar da mobilização de um forte esquema de policiamento e da presença de centenas de proprietários rurais, a instalação da

UDR-Marabá não chegou a alterar o ritmo de vida do município. Os moradores locais ficaram sabendo dos festejos através de cartazes e "out-door", a maioria deles pichados ou destruídos pouco depois de sua divulgação. "O que é essa UDR, hein?" - perguntou José Ribamar Fonseca, motorista de uma madeireira. O mesmo não aconteceu, contudo, com os trabalhadores da zona rural, que decidiram adiar a inauguração da Delegacia Regional da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetagri), que ocorreria também ontem, no centro da cidade. Eles temeram que esse segundo festejo fosse encarado como "uma provocação". "As perseguições por aqui já são demais", declarou Almir Ferreira, que tomaria posse como delegado. Já a reação dos garimpeiros não pôde ser sentida, porque todos trabalham a mais de 130 quilômetros de Marabá, principalmente no garimpo de Serra Pelada. (FSP - 20/9/87)

A 'FESTA DEMOROU', DIZ O COORDENADOR DA CPT

Ao comentar a instalação de uma diretoria da União Democrática Ruralista em Marabá, ocorrida ontem, o coordenador da Comissão Pastoral da Terra (CPT) no município, Emanuel Wanberg, afirmou que "esta festa (referindo-se à solenidade) demorou, porque os proprietários rurais já estão organizados há bastante tempo na região". Segundo ele, a atuação dos proprietários rurais, com o auxílio da entidade, se traduzirá agora, de forma mais enérgica, na tentativa de rever processos que estão em tramitação na Justiça, prevendo desapropriações. "Quem não for latifundiário, deve fugir dessa sigla sinistra, para o bem da democracia do progresso e do bem-estar do povo". (FSP - 20/9/87)

Índios

ÍNDIOS CRITICAM A PASTORAL

O Conselho Indígena de Guarapuava - representante de cerca de cinco mil índios Kaingangues e Guaranis do Paraná e Santa Catarina - está protestando contra a atuação de entidades religiosas em áreas indígenas. As lideranças das tribos, que estiveram reunidas em Guarapuava, manifestaram-se contra as linhas de ação apresentadas pela Pastoral Indigenista, organização ligada à Igreja Católica. As diretrizes da Pastoral Indigenista e do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) são a evangelização e catequização de índios em reservas, a montagem de local apropriado à catequese em áreas indígenas, entre outras. Segundo os membros do Conselho Indígena, os padres devem continuar atuando sem interferir em assuntos da comunidade ou em questões administrativas da Fundação Nacional do Índio (Funai). Eles salientam que detêm informações sobre linhas políticas oficiais, questões de indenização e direitos indígenas através dos meios de comunicação e orientações da Funai. "Os índios já se encontram em processo de organização sem a interferência de pessoas estranhas". (O ESTADO DO PARANÁ/PR - 13/9/87)

RELIGIOSAS NÃO ACATAM FUNAI E VISITAM ÍNDIOS

As quatro freiras que a Fundação Nacional do Índio (Funai) proibiu de entrar na reserva dos índios Maxacalis, no Nordeste de Minas, visitarão hoje a tribo apesar da proibição. As freiras viajarão acompanhadas pela Deputada estadual Sandra Starling (PT); do geólogo Marcos Pereira de Melo (assessor do Deputado federal Virgílio Guimarães, também do PT); e do professor de geologia da Universidade de Minas Gerais José Antônio Souza de Deus, que prepara tese sobre mineração em ter-

ras indígenas. O objetivo da viagem é avaliar a situação em que se encontram as duas aldeias Maxacalis e diminuir as tensões existentes na região devido as ameaças de fazendeiros e as perseguições contra índios, de acordo com denúncias do Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Segundo os membros da comitiva, nos últimos cinco anos oito índios foram assassinados sem que ninguém respondesse pelos crimes. Além disso, os índios estariam sendo vítimas de atentados e ameaças quando pescam, caçam ou se aproximam da feira no município baiano de Batinga, próximo à reserva, onde comercializam seus produtos e adquirem mantimentos. Os Maxacalis contam atualmente com uma população de cerca de 600 pessoas, divididas em duas áreas da reserva, que é cortada no meio por um corredor de fazendas. A maior reivindicação da tribo é a reunificação do território, já que os fazendeiros impedem o intercâmbio entre as duas aldeias. A reserva tem uma área total de 3.133 hectares. O Delegado Regional da Funai em Minas, Lúcio Flávio Coelho, disse que desconhecia o deslocamento da comitiva à reserva e que aguardaria o dia de hoje para tomar providências. Quanto à proibição da entrada das freiras na área, disse que é por causa de portaria da presidência. (O GLOBO/RJ - 9/9/87)

SECRETÁRIO VÊ RESERVA KIRIRI

O secretário da Reforma Agrária, Euclides Neto, visitou a área indígena dos Kiriris, no município de Ribeira do Pombal, a fim de resolver, juntamente com representantes da Funai, Incra e Fetag, vários problemas entre índios e trabalhadores rurais. Durante dois dias - quarta e quinta-feira da semana passada - foram tratados assuntos de grande importância para a convivência pacífica no campo, entre os quais a indenização, pela Funai, dos 40 posseiros que já saíram da área. Além disso, ficou acertado o pagamento, pelo Incra, do crédito alimentação, segundo informou o secretário Euclides Neto, acrescentando que também foi negociada entre trabalhadores rurais e índios a possibili-

dade de evitar conflitos, até que se consiga área suficiente para assentar novamente os posseiros e meeiros que estão perdendo suas terras. (JORNAL DA BAHIA/BA - 9/9/87)

CONFLITO INDÍGENA

O presidente da Funai, Romero Jucá Filho, disse ontem que um conflito entre índios contatados e isolados, a 400 quilômetros de Marabá, no Pará, causou morte e aprisionamento de vários indígenas. Jucá afirmou ainda estar liberando recursos especiais para o atendimento de dois postos indígenas da região, entre os quais o de Xicrim do Cateté, da administração regional de Marabá, cujos membros foram atacados quando estavam na selva. Romero Jucá falou que os xicrim foram atacados pelos isolados que revidaram e aprisionaram vários deles. (ESP - 16/9/87)

GOVERNO LIBERA VERBA PARA COMUNIDADES INDÍGENAS

Atendendo a pedido do ministro do Planejamento, Aníbal Teixeira, o presidente José Sarney assinou decreto ontem liberando uma verba de Cz\$ 100 milhões para as comunidades indígenas. Os recursos destinam-se a programas assistenciais, de saúde, saneamento, educação e atividades produtivas. O crédito, destinado à Fundação Nacional do Índio (Funai), será liberado após a apresentação do Plano de Aplicação Específico do Ministério, ainda esta semana. (FOLHA DA TARDE/SP - 16/9/87)

FUNAI DEVERÁ USAR AVIOES PARA RETIRAR GARIMPEIROS

O presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Romero Jucá Filho, declarou ontem que os garimpeiros que ocupam a área dos índios yanomamis, no Território de Roraima, deverão ser retirados nos próximos dias com uso de aviões búfalo, da Força Aérea Brasileira. O presidente da Funai esteve reunido em Brasília com o mi-

nistro da Justiça, Paulo Brossard, para tratar da questão e disse que os garimpeiros serão retirados da região "de qualquer jeito". (FOLHA DA TARDE/SP - 16/9/87)

KRIKATI QUEREM A DEMARCAÇÃO

Três líderes dos índios Krikati solicitaram ao juiz federal Dionizio Nunes, de São Luis, o prosseguimento do processo de demarcação de sua reserva no município de Montes Altos. Na audiência, que durou três horas, as lideranças expuseram o passado histórico dos Krikati na região e a importância da terra para sua sobrevivência. O índio Herculano, destacou que "a questão da demarcação das terras dos Krikati é antiga e atravessa as dimensões de sua existência atual, constituindo o elemento básico de seus projetos e possibilidades de futuro. Desde 1830 os Krikati estão localizados na atual área. "Lembrou, ainda, que os índios lutam por seus direitos. Os brancos estão acabando com nossos frutos, a bacaba, a juçara". (NOTÍCIAS POPULARES/SP - 12/9/87)

SENADOR PEDE A PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE NO ACRE

O Senador Nabor Júnior chamou a atenção, ontem, para a necessidade de o Governo Federal iniciar o quanto antes a execução do plano de proteção ao meio-ambiente e a comunidades indígenas no Acre, lembrando que a realização desse projeto é uma exigência do Banco Interamericano de Desenvolvimento para liberar o empréstimo destinado à pavimentação da BR-364, que possibilitará uma saída do Brasil para o Pacífico. As advertências feitas pelo BID jamais devem ser encaradas com leviandade: no dicionário dos grandes financistas internacionais não existe a palavra "jeitinho". A ordem, portanto, deve ser apenas uma: trabalhar, com seriedade e dedicação, para não perder a grande conquista, os recursos alocados, mas não liberados ainda, para a pavimentação da BR-364, disse o Parlamentar. (O FLUMINENSE/RJ - 9/9/87)